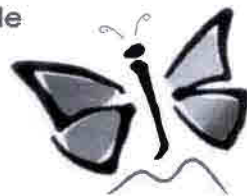




Prefeitura Municipal da Estância Turística de
São José do Barreiro - SP
Avenida Virgílio Pereira, Nº 231 - Centro
CEP: 12830-000 Tel: (12) 3117-1288
CNPJ: 45.200.623/0001-46
ADM: 2021/2024



São José do Barreiro, 21 de Agosto de 2024.

OF.GP n.º 94/2024

Senhor Presidente,

Respeitosamente, vimos à presença de Vossa Excelência, a fim de encaminhar em anexo, VETO TOTAL, aposto a emenda nº 01 ao Projeto de Lei n.º 16 de 20 de junho de 2024.

Apresentamos nesta oportunidade, votos de elevada estima e distinta consideração.

Alexandre de Siqueira Braga
Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor
Ver. LUIZ FERNANDO BRAGA
DD. Presidente da Câmara Municipal de
São José do Barreiro - SP



Fabiani Aparecida de Carvalho
Analista Legislativo



RAZÕES DE VETO A EMENDA Nº 01 AO PROJETO DE LEI 016/2024 – AUTÓGRAFO Nº 022/2024, QUE: “DÁ NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 3º, REVOGA OS ARTIGOS 4º, 5º, 7º, 8º E 10º, E ACRESCENTA OS ARTIGOS 11 A 28, TODOS DA LEI ORDINÁRIA Nº 91, DE 25 DE MAIO DE 2021, QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE.”

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Senhores Vereadores

Trata a presente mensagem de comunicar a esta Casa de Leis que nos termos do disposto no **artigo 49 da Lei Orgânica do Município de São José do Barreiro**, decidimos pelo veto total da emenda ao referido Projeto de Lei, pelas seguintes razões de Veto.

O presente Veto Total a Emenda se dá em razão de falhas na técnica legislativa, tendo em vista que o projeto de lei encaminhado pelo Poder Executivo visava tão somente dar nova redação ao artigo 3º da Lei nº 91/2021 que tratava da composição do Conselho Municipal do Meio Ambiente, sendo este alterado pela Emenda nº 01 que revoga e acrescenta artigos sem observar a legislação municipal que regulamenta a estrutura administrativa municipal.

Isso porque, tanto para a Lei Municipal nº 26/2011 (Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente) vigente quando da publicação da Lei nº 91/2021, quanto para a atual Lei Complementar nº 11/2022 (Reestruturação Administrativa), não existe o órgão da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, sendo o nome correto **Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura**, restando caracterizado um erro material que precisa ser corrigido, posto que **não há como submeter um Conselho Municipal e um Fundo Municipal do Meio Ambiente a uma secretaria inexistente**, já que diversos dispositivos da emenda fazem menção a esta secretaria inexistente, vejamos: Art. 3º, I; art. 3º, § 1º; art. 12, VII e X; art. 13, § 4º; art. 16, II, Título III da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (art. 17); arts. 19 e 21 (Fundo Municipal do Meio Ambiente) e arts. 23 e 24.



Como sabido, o texto de lei deve ser determinado e harmonizado pela boa técnica legislativa, devendo apresentar a realidade e uma redação que facilite o trabalho do intérprete, sem gerar dúvidas sobre sua aplicação e viabilidade.

Importante destacar que este veto, não se trata de mera negativa a emenda nº 01 proposta pela Casa de Leis, mas tão somente de corrigir os vícios e distorções existentes por o tornarem inoportuno ao interesse público, já que se tornará inaplicável.

Trata-se, portanto, de um veto a emenda proposta por esta Casa de Leis mantendo o projeto de lei original, até porque não há como submeter o Conselho Municipal do Meio Ambiente, o Fundo Municipal do Meio ambiente e demais determinações legais a uma secretaria municipal inexistente na lei complementar de reestruturação administrativa.

Não bastasse isso, verifica-se que a emenda revogou o art. 10 e inseriu o art. 28 na Lei nº 26/2011, os quais possuem o mesmo texto legal, os quais falam sobre a data de entrada em vigor e revogação das disposições em contrário, não havendo justificativa para tanto, até porque o projeto de lei apresenta o artigo que trata dessa determinação.

Assim, por todo o explanado, temos pelo veto total a emenda nº 01 ao projeto de Lei nº 16/2024, o que precisa ser corrigido em razão da falha na técnica legislativa, motivo pelo qual ao vetar a emenda deverá ser mantido o projeto de lei em sua íntegra.

São José do Barreiro, 21 de agosto de 2024.

Alexandre de Siqueira Braga
Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor

LUIZ FERNANDO BRAGA DE OLIVEIRA

DD. Presidente da Câmara Municipal de São José do Barreiro – SP